

CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE EM TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE MULTIDIMENSIONAL: Um estudo no Jardim Lapenna, SP.

Vanessa Câmara Strachicini (IC) e Rodrigo Mindlin Loeb (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

O presente trabalho estuda e analisa as tipologias habitacionais sujeitas a condições de vulnerabilidade multidimensional, estabelecendo também um diálogo com os efeitos da pandemia do COVID-19 em territórios marcados pela precariedade. A pesquisa tem como foco de estudo o Jardim Lapenna, bairro localizado no distrito de São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo. Para tal, foi realizado um estudo do histórico de ocupação da área, estabelecendo relações com o presente e com as características habitacionais existentes no local. Estudou-se também a importância do Plano de Bairro do Jardim Lapenna, que teve início em 2017 e foi o primeiro concluído depois que o instrumento foi implementado pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) do município de São Paulo. Além disso, tratou-se do território como um local de embates e lutas por direitos, trazendo a importância da atuação de agentes comunitários, principalmente no momento de pandemia, em que as desigualdades sociais se tornaram mais explícitas. Nesse sentido, o bairro estudado possui realidade socioeconômica diversa, de maneira que os modos de morar e a forma como a pandemia afetou o território foi muito variada e heterogênea. Por fim, buscou-se refletir sobre o impacto de estratégias para mitigar os efeitos da pandemia, explorando a potência de micro intervenções articuladas no território.

Palavras-chave: habitação, Jardim Lapenna, COVID-19

ABSTRACT

This paper studies and analyzes housing typologies that address the conditions of multidimensional vulnerability, also establishing a dialogue with the effects of the COVID-19 pandemic in territories marked by precariousness. The research focusses on study Jardim Lapenna, a neighborhood located in the district of São Miguel Paulista, east side of the city of São Paulo. To this end, a study of the history of occupation of the area was carried out, establishing relations with the present and with the housing characteristics existing in the neighborhood. The importance of the Jardim Lapenna Neighborhood Plan was also studied, which began in 2017 and was the first completed after the instrument was implemented by the Strategic Master Plan (PDE) of the city of São Paulo. In addition, the territory was treated as a place for conflicts and struggles for rights, bringing the importance of the performance of agents in the neighborhood, especially at the time of a pandemic, in which social inequalities are more explicit. In this sense, the studied neighborhood has a diverse socioeconomic reality,

so that the ways of living and the way the pandemic affected the territory were very varied and heterogeneous. We sought to reflect on the impact of the objective to mitigate the effects of the pandemic, exploring the potency of micro interferences articulated in the territory.

Keywords: housing, Jardim Lapenna, COVID-19

1. INTRODUÇÃO

Diante do cenário atual marcado pela pandemia do COVID-19 no mundo e no Brasil, evidencia-se a necessidade de avaliar os impactos da doença em consonância com diversos temas e questões da atualidade. Assim, surge o grupo de pesquisa “Projeto piloto de adaptação do distanciamento físico em territórios vulneráveis em função da pandemia de COVID-19” voltado a pesquisas que se articulam aos efeitos do coronavírus no Jardim Lapenna. É nesta circunstância que se coloca este trabalho de pesquisa.

Mediante a esse contexto, pretende-se estudar as condições de habitabilidade das diversas moradias e suas tipologias no bairro Jardim Lapenna, a fim de que seja possível refletir sobre estratégias projetuais de intervenção capazes de integrar ações de diversos agentes e mitigar os efeitos da precariedade, levando-se em conta os impactos da pandemia do COVID-19. Para tanto, as situações de habitabilidade serão consideradas conforme as graduações distintas de suas condições de vulnerabilidade multidimensional.

Nesse sentido, Amirati (2019, p. 33) estabelece a definição de habitabilidade como “qualidade daquilo que se pode habitar, cujo contrário é inabitabilidade, pode-se deduzir que este componente se refere às condições que tornam a moradia um espaço digno de ser habitado, a exemplo do conforto térmico da ventilação, da salubridade e da iluminação”. A autora ainda ressalta que condições de inabitabilidade estão relacionadas a altas taxas de mortalidade e morbidade, sendo o modo de habitação um fator ambiental muito associado a condições para doenças em análises epidemiológicas. (AMIRATI, 2019)

Segundo dados coletados pela Fundação João Pinheiro e MDR para o Governo Federal, há mais de 24,8 milhões de residências com algum tipo de inadequação no país. O indicador considera aspectos como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e de coleta; além disso, leva em conta a presença de: banheiro, local de armazenamento e condições de piso e cobertura nas habitações. (BRASIL, 2021)

Analogamente, as condições de habitabilidade ou inabitabilidade estão fortemente relacionadas a forma de ocupação e urbanização do território urbano. Desse modo, no Brasil, o processo de ocupação das cidades se deu de forma rápida e desigual, seguindo um modelo de urbanização que basicamente privou a população de baixa renda a condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva à cidade. (ROLNIK, 2009) De acordo com Raquel Rolnik em seu artigo “Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil”, devido a essa forma de urbanização houve separação territorial no meio urbano, de modo que o acesso à infraestrutura urbana se restringiu, em sua maior parte, a poucos setores da cidade, acessados por parcela minoritária da população.

Como uma das consequências da desigualdade urbana, setores vulneráveis da sociedade ficaram submetidos a habitações precárias, que representam riscos à saúde e privações de acesso a serviços públicos, com violações a direitos fundamentais previsto na Constituição Federal de 1988, tais como a dignidade da pessoa humana, o direito à moradia e à saúde.

Especificamente em relação ao acesso a saúde nas habitações vulneráveis, as concentrações urbanas sujeitas a vulnerabilidade multidimensional de grande escala representam condições propícias à disseminação de doenças contagiosas devido à falta de serviços públicos como saneamento básico, acesso a água tratada e coleta de lixo, situação especialmente evidenciada pela epidemia do coronavírus (COVID-19).

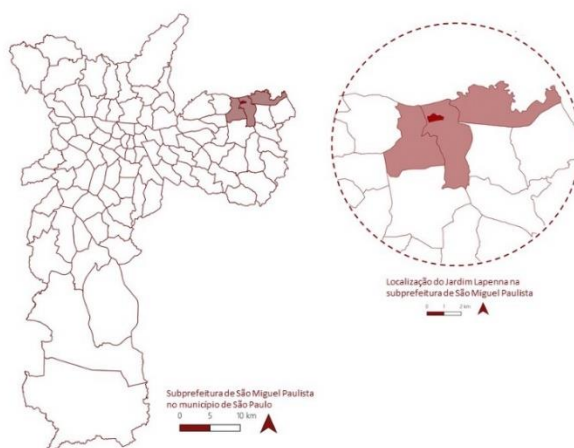
O território a ser considerado será o Jardim Lapenna, na zona leste da cidade de São Paulo. Como destaca Amanda Tamburus, em seu trabalho “Repensando a infância em áreas de vulnerabilidade social: o centro comunitário do Jardim Lapenna”, o bairro foi marcado por uma ocupação desigual nas décadas de 1970 e 1980, em um momento de permissividade da administração pública com a ocupação irregular do perímetro urbano, especialmente decorrente da ausência de um plano de habitação capaz de atender às demandas por habitação do município. A ocupação irregular gerou efeitos para a organização urbana do bairro que se projetam até os dias de hoje.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 CARACTERIZAÇÃO E PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Jardim Lapenna está localizado no extremo leste da cidade de São Paulo, na subprefeitura de São Miguel Paulista. Trata-se de um território marcado por desigualdades sociais, mas que carrega um longo histórico de luta e conquista de direitos.

Figura 01: Localização da subprefeitura de São Miguel Paulista e do Jardim Lapenna em São Paulo, SP.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Geosampa.

Para compreender as dinâmicas e as características do local em análise, estudou-se o processo de ocupação e urbanização da área em três momentos: ocupação de São Paulo e da zona leste, ocupação de São Miguel Paulista e ocupação do Jardim Lapenna.

I. Ocupação de São Paulo e da zona leste

A zona leste foi ocupada a partir de núcleos ao longo do antigo caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro. Esta via de acesso foi reforçada com a implantação da ferrovia Central do Brasil e, posteriormente, com construção da Radial Leste e linha Leste do metrô; o estabelecimento desses equipamentos de grande porte acompanharam o eixo hídrico, o que viria a favorecer a ocupação das várzeas do rio Tietê. Ao longo deste eixo, implantou-se um cinturão de indústrias e definiu-se uma grande barreira de segregação urbana em São Paulo. (ROLNIK; FRÚGOLI JUNIOR, 2001)

Dessa maneira, a estruturação em torno do eixo Leste-Oeste reflete a história de exclusão territorial que teve lugar em São Paulo. Esse processo teve participação decisiva do poder público, o qual limitou-se a investir em sistema viário e transportes nas periferias, com intuito de mover a população trabalhadora do local de moradia aos espaços de trabalho. (ROLNIK; FRÚGOLI JUNIOR, 2001) Ainda nesse sentido, segundo Nabil Bonduki em “Origens da habitação social no Brasil”, esse processo de ocupação foi acompanhado por uma política de permissividade do governo quanto ao surgimento de habitações precárias e irregulares nas periferias como alternativa ao déficit habitacional:

A omissão do poder público na expansão dos loteamentos clandestinos fazia parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática, como um modo de viabilizar uma solução habitacional “popular”, barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietários. (BONDUKI, 2004, p. 288)

Posto isto, é importante entender que a ideia de *periferia* não é formada apenas a partir de informações geográficas. Trata-se de uma construção da realidade urbana que se forma a partir da ideia de que a periferia é o lugar de moradia da mão de obra, local caracterizado pelas suas condições desiguais em relação ao acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos. (TANAKA, 2006)

Desse modo, diferentes lógicas urbanas caracterizam acessos distintos à infraestrutura da metrópole, considerando que as cidades surgem a partir da concentração geográfica e social de um processo capitalista de excedente de produção, de forma que o urbanismo também funciona como um fenômeno de classe em que o capital excedente se concentra com poucos. (HARVEY, 2014) Nessa dinâmica, os ambientes urbanos se configuram pela luta do espaço construído em torno das melhores localizações. Essas disputas ocorrem inclusive pelas funções que a cidade oferece: lazer, cultura, trabalho,

educação, saúde e transporte. Assim, os espaços dotados de infraestrutura tendem a ser apropriados pelas populações de maior renda. (VÉRAS, 2010). Para Ermínia Maricato em “Metrópole, legislação e desigualdade”, as populações de baixa renda ficam sujeitas a áreas onde há presença da vulnerabilidade que não interessam ao mercado imobiliário e não possuem investimento do poder público.

A relação legislação/mercado restrito/exclusão talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização). (MARICATO, 2003, p.154)

Portanto, configurou-se um processo de ocupação marcado pela desigualdade social e territorial na cidade de São Paulo.

II. Ocupação de São Miguel Paulista

O distrito de São Miguel Paulista começou a aparecer nos registros formais da cidade no século XVI, quando o local foi transformado em um aldeamento indígena, fato marcado pela construção da Capela de São Miguel por índios guaianases, no período compreendido entre 1580 e 1622. (MOREIRA, 2015; FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2008). Assim, a área que antes era conhecida como *Ururay* recebeu novo nome com a chegada dos jesuítas ao local: *São Miguel de Ururay*, que tempos depois, passaria a ser chamada de *São Miguel Paulista*. (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2008)

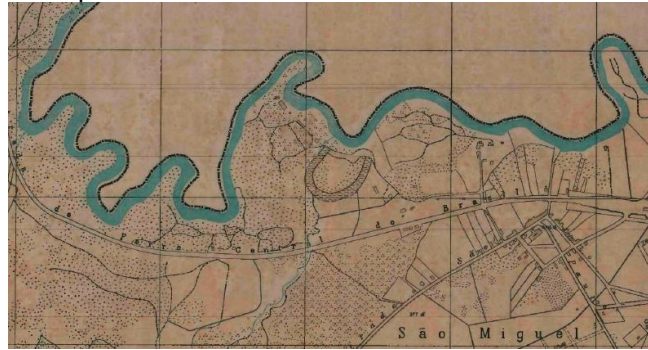
A presença da população indígena foi significativa até meados do século XVIII, em que o bairro viveu uma fase de desenvolvimento econômico atrelado à atividade agrícola com o cultivo de cana de açúcar em pequenas roças e mão de obra escrava. No entanto, esse crescimento econômico veio atrelado a abusos, capturas e morte de indígenas, fato que marcou a diminuição da presença desse povo no local. (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2006)

Posteriormente, no século XX com o crescimento significativo da população paulistana e consequente aumento da demanda habitacional, cresce a exploração das matas do bairro para obtenção de madeira para construção civil, além do surgimento de olarias às margens rio Tietê. Essas atividades econômicas contribuíram para o aumento populacional do bairro. Mas, o grande crescimento demográfico da região veio com a chegada da Companhia Nitro Química, que se aproveitou da presença da variante da Estrada de Ferro Central do Brasil, hoje utilizada pela Companhia de trens Metropolitanos (linha 12 da CPTM), e da rodovia São Paulo – Rio de Janeiro. (TONAKI, 2013) A proximidade ao rio Tietê também foi essencial para o fornecimento de água e para o despejo dos dejetos gerados nas atividades fabris. (MOUREIRA, 2015)

III. Ocupação do Jardim Lapenna

A área do Jardim Lapenna começa a ser ocupada em meados de 1930, com a inauguração da estrada de ferro e criação da linha de ônibus Penha – São Miguel. Por meio do mapa Sara Brasil de 1930 (figura 02), identifica-se uma pequena quantidade de edificações, tratando-se de olarias e indústrias de cerâmica.

Figura 02: Mapa do Jardim Lapenna em 1930



Fonte: Sara Brasil 1930

Na década de 1940, a presença da indústria Nitro Química na área incentivou o processo de loteamento do território, uma vez que atraiu grande contingente de migrantes nordestinos em busca de emprego na fábrica. Esse processo de ocupação resultou na formação de diferentes vilas de moradores, que podem ser reconhecidas até os dias atuais: Vila Nair, Vila Gabi e Jardim Lapenna. (FONTES, 1996 apud ALVES, 2021) Na imagem de 1952, observa-se a presença do grande complexo que forma a Companhia Nitro Química e edificações mais próximas à linha do trem, porção mais alta do bairro (menos sujeita às enchentes), que caracterizou a primeira área de ocupação expressiva do território.

Figura 03: Imagem satélite do Jardim Lapenna de 1952



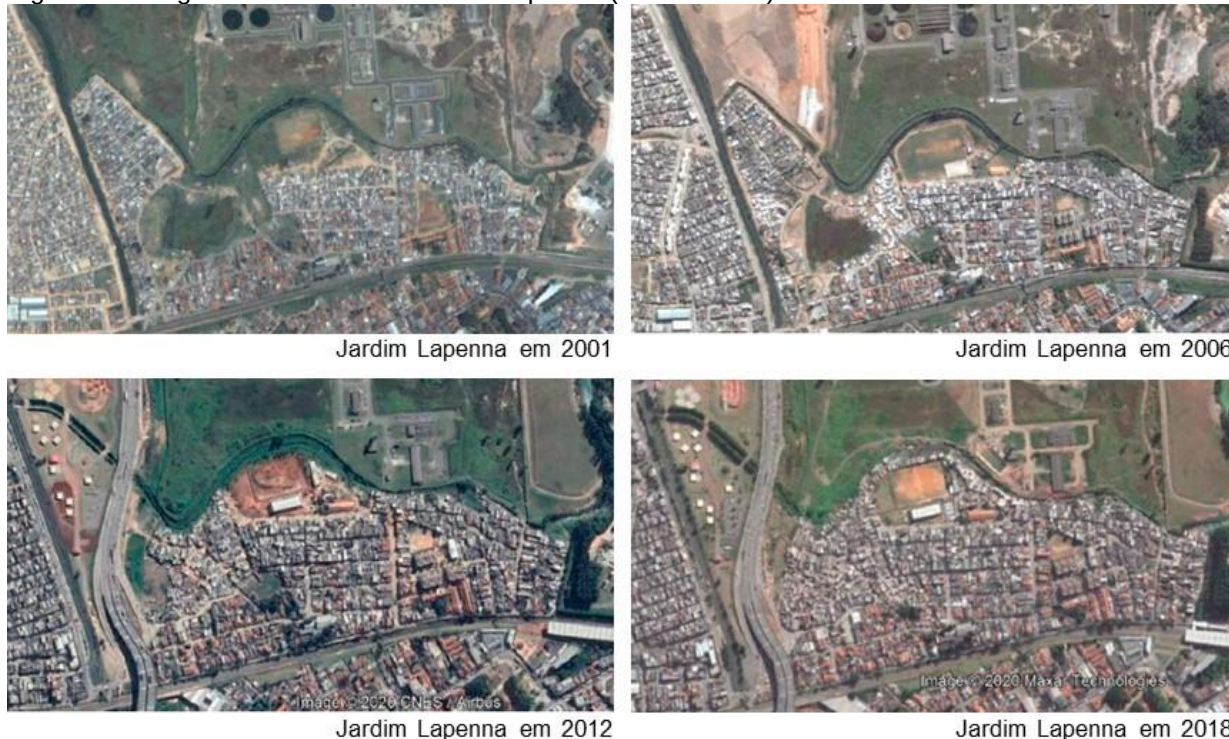
Fonte: Geoportal Memória Paulista (1952)

Já no período de 1970 e 1980, o bairro começa a sofrer o processo de exclusão territorial citado no início desta pesquisa, em que a população cresceu significativamente sem que houvesse obras de infraestrutura e aumento da oferta de equipamentos públicos no bairro. Vale ressaltar ainda a retificação do rio Jacu em 1980, que tornou o solo mais seco e facilitou a ocupação da área. (MOUREIRA, 2015)

Nas imagens de satélite de 2001, 2006, 2012 e 2018 percebe-se que houve aumento cada vez maior da ocupação do bairro. Destaque para a porção norte da área, localizada às margens do córrego de circunvalação, que cresceu de modo muito acentuado nos últimos anos. Tratam-se de ocupações muito precárias, sujeitas a alagamentos, dificuldade de acesso e maior distância dos equipamentos públicos.

Nesse sentido, segundo estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas em cooperação com a Fundação Tide Setubal, as ocupações ao norte situadas entre 2012 e 2015 foram resultado de ação do poder público de desocupação de áreas de assentamentos irregulares em diversos pontos da cidade de São Paulo, de modo que esta e outras desocupações formam um ciclo de realocação da população mais marginalizada, sem oferecer uma solução ao déficit de habitação. (BIDERMAM 2017 apud HASSWANI, 2018)

Figura 04: Progressão Urbana do Jardim Lapenna (2001 a 2018)



Fonte: Google Earth

Assim, por meio das análises, foi possível perceber que as diferentes formas de ocupação da área contribuíram para o surgimento de características habitacionais muito distintas no bairro. Deste modo, há três áreas bem marcadas: uma de ocupação mais antiga e urbanizada na porção mais alta do território, outra formada por becos e vielas no centro e uma última de ocupação mais recente, às margens do córrego de circunvalação na divisa com a área da Sabesp, muito precária e vulnerável. Nesse sentido, entende-se que o bairro é marcado por uma heterogeneidade em relação às características habitacionais. (BATISTA, CARVALHO, 2013)

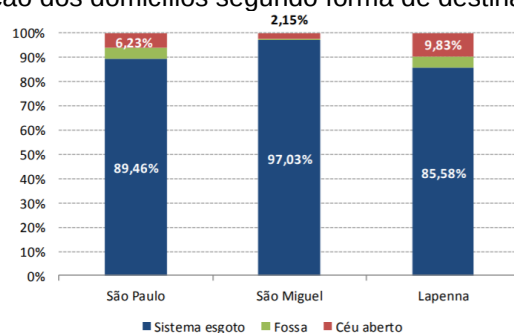
A área de ocupação mais antiga está localizada na porção mais alta do território, menos afetada pelas inundações, próxima à estação de trem. Trata-se de um local urbanizado, em que as ruas são asfaltadas, há iluminação pública e saneamento básico. Os loteamentos são regulares e as casas são de alvenaria com acabamento exterior; nesta área habitam pessoas com renda mais elevada em comparação com a população do restante da região. (BATISTA, CARVALHO, 2013). Além disso, concentra a maior parte de equipamentos públicos do território, como transporte público, comércio e escolas.

A porção central da área é caracterizada pela presença de becos e vielas, falta de saneamento básico, iluminação pública e asfaltamento das ruas. Trata-se de um local mais vulnerável, frequentemente afetado por inundações. Ainda nesse sentido, as moradias são de alvenaria e sem acabamento exterior, marcadas pela autoconstrução e pela construção e ampliação de casas umas sobre as outras, edificadas em lotes compartilhados em que conjuntos de casas dividem pequenas áreas comuns. Essa tipologia de habitação pode favorecer o surgimento de laços e redes de solidariedade entre vizinhos. (BATISTA, CARVALHO, 2013)

A terceira área representa a ocupação mais recente e vulnerável do bairro. Está na parte mais baixa do território, às margens do córrego de circunvalação, de forma que sofre frequentemente com enchentes, dificuldade de acesso ao bairro e preconceito. (TAMBURUS, 2019). Há casas de alvenaria e barracos que muitas vezes são construídos sobre a várzea do córrego. A região também está mais exposta ao tráfico de drogas. (BATISTA, CARVALHO, 2013)

Assim, a localização das habitações afeta diretamente no modo de morar das famílias, criando diferentes percepções e condições de vida dentro de um mesmo bairro. Paralelamente, é possível averiguar quantidade significativa de pessoas sujeitas a habitações precárias sem acesso a serviços essenciais de saúde, como água tratada, saneamento básico e coleta de lixo. Os gráficos a seguir, que compõem estudo da Secretaria Municipal de São Paulo (elaborados por CEPESP- FGV, 2017) revelam altos indicadores de vulnerabilidade no Jardim Lapenna, SP em comparação ao distrito em que está inserido e o restante da cidade:

Figura 05: Distribuição dos domicílios segundo forma de destinação do esgoto

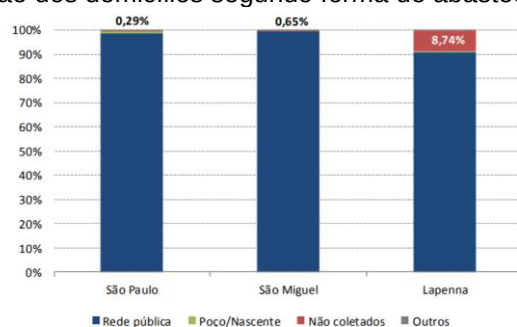


Unidades territoriais selecionadas – 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde / Sistema de Informações de Atenção Básica – SIAB.

Fonte: CEPESP-FGV, 2017

Figura 06: Distribuição dos domicílios segundo forma de abastecimento de água



Unidades territoriais selecionadas – 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde / Sistema de Informações de Atenção Básica – SIAB.

Fonte: CEPESP-FGV, 2017

Além de divisões internas, o bairro é delimitado por fronteiras bem marcadas, o que ilustra a separação física da cidade de São Paulo. Na figura 07 vê-se a presença de: av. Jacu Pêssego, Sabesp, Companhia Nitro Química e Linha férrea. Dessa forma, com poucos acessos aos pedestres, há uma grande dificuldade de transposição da avenida Jacu Pêssego e da estação de trem, caracterizando um bairro entre muros.

Figura 07: Mapa de situação do Jardim Lapenna, SP.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Geosampa.

O território ficou muito tempo invisível aos olhos do poder público, que não destinava recursos ao bairro. Tal condição foi agravada com o grande crescimento populacional observado na região, principalmente após 2010. Nesse cenário de descaso do governo, surgiram importantes mobilizações sociais no bairro, iniciadas por líderes comunitários, que desencadearam na formação da *Sociedade de Amigos do Jardim Lapenna* em 1981 e no surgimento da *Fundação Tide Setubal* em 2007. (RUIZ; ALMEIDA, 2018)

As mobilizações do Jardim Lapenna conquistaram importantes melhorias para a área, como chegada de um caminhão de pequeno porte para coleta de lixo em vielas, dois centros de educação infantil (CEI), uma UBS e um acesso ao bairro pela estação São Miguel Paulista da CPTM, o qual não constava no projeto da estação. (RUIZ; ALMEIDA, 2018)

Em 2017, por meio de parceria entre a Fundação Tide Setubal e a Fundação Getúlio Vargas, foi realizado o Plano de Bairro do Jardim Lapenna. O plano de bairro é um instrumento previsto pela lei municipal 16.050/14, o Plano Diretor Estratégico (PDE), que tem como objetivo incentivar o planejamento urbano de um bairro, articulando questões locais e estruturais da cidade, além de levantar as necessidades da área. A lei prevê a adoção de metodologias participativas, de modo que a população local, os líderes comunitários e as organizações presentes no território devem ser ouvidas quanto as suas percepções de construção do plano. (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2019)

Ainda nesse sentido, cita-se a criação do Colegiado do Plano de Bairro, resultado do processo de mobilização e elaboração do plano:

[...] este grupo [colegiado] que faz com que a proposta tenha continuidade e não fique centralizada em uma única pessoa ou instituição. Este grupo é a parte mais rica do processo, pois os moradores se perceberam como seres políticos e reconheceram a força da ação coletiva. O Colegiado é, ao mesmo tempo, um espaço para mobilização e para a prática pedagógica". (RUIZ; ALMEIDA, 2018, p.229)

Assim, o processo histórico de ocupação do Jardim Lapenna foi responsável pelo surgimento de formas distintas de habitabilidade dentro bairro, configurando desde habitações de classe média a habitações sujeitas a situações muito graves de vulnerabilidade multidimensional. Além disso, o bairro é marcado por um importante histórico de lutas e mobilização sociais por direitos.

2.2 A PANDEMIA NOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS E NO JARDIM LAPENNA, SP

I. A vulnerabilidade multidimensional agravada pela pandemia.

A princípio, buscou-se estabelecer uma base teórica para o entendimento do conceito de vulnerabilidade dentro do campo da arquitetura e do urbanismo. Neste estudo, autores como Susan Cutter, Eduardo Marandola Junior e Daniel Joseph Hogan entendem que o

conceito de vulnerabilidade está associado a áreas de risco e à capacidade de resiliência frente às situações enfrentadas.

A vulnerabilidade, numa definição lata, é o potencial para a perda. A vulnerabilidade inclui quer elementos de exposição ao risco (as circunstâncias que colocam as pessoas e as localidades em risco perante um determinado perigo), quer de propensão, (as circunstâncias que aumentam ou reduzem a capacidades da população, da infraestrutura ou dos sistemas físicos para responder a se recuperar de ameaças ambientais). (CUTTER, 2011, p. 60)

[...] Localizar e entender o termo vulnerabilidade nas diversas abordagens científicas é um empreendimento que não pode ser realizado sem se considerar, simultaneamente, o conceito de risco. Isso se deve ao fato de a vulnerabilidade aparecer nos contextos dos estudos sobre risco em sua dimensão ambiental, num primeiro momento, e só mais tarde no contexto socioeconômico. (MARANDOLA JUNIOR; HOGAN, 2005, p.30)

Considerada a definição de vulnerabilidade, relata-se o processo de aumento da desigualdade social e da vulnerabilidade no Brasil nos últimos anos. Segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2019, nos últimos quatro anos houve empobrecimento da população e aumento da concentração de renda no ano de 2019, que excedeu o observado em 1989. Além disso, os mais pobres sofreram uma redução de 17% do poder de compra, enquanto o grupo 1% mais rico obteve aumento de 10% na renda. (FGV,2019 apud FREITAS; PENA, 2020).

Nos anos de 2020 e 2021, a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) trouxe novas dificuldades para a sociedade, principalmente para populações que já estavam em situação de vulnerabilidade multidimensional. Para Freitas (2021), as desigualdades entre as cidades formal e informal tornam-se mais acentuadas em momentos de epidemias e pandemias.

Nesse sentido, a pandemia do COVID-19 é vivida no Brasil de forma diferente a partir dos lugares de privilégio e vulnerabilidade na cidade. Dessa forma, não se pode deixar de considerar a intersecção de alguns marcadores sociais como cor, gênero, poder aquisitivo, local de moradia e geração ao se tratar dessa doença. (PEREIRA NETO; ALMEIDA; MESQUITA, 2020). Ainda nesse sentido, a pandemia causada pelo SARS-CoV-2 tem exposto a realidade dos que habitam as áreas menos favorecidas da cidade de São Paulo, considerando que o coronavírus atinge com maior intensidade a população preta e pobre. (FREITAS, 2021)

Assim, considerar a realidade de populações que não tem acesso a serviços essenciais como saneamento básico, água potável e coleta de lixo, implica em problematizar a diferença entre a possibilidade de isolamento social para pessoas que habitam áreas menos privilegiadas da cidade em contraponto com as que habitam as áreas mais prestigiadas. (PEREIRA NETO; ALMEIDA; MESQUITA, 2020). Nesse sentido, Victória da Silva Soares afirma:

O cenário da Covid-19 no Brasil – desde os primeiros casos confirmados no país – reforça as desigualdades estruturais e de acesso à política pública, como a saúde que se intensificam em áreas periféricas. Numa realidade que antecede o coronavírus, mas que é agravada pelo precário acesso ao sistema de saúde no país, e aos serviços públicos, a omissão do governo federal brasileiro interfere diretamente na “não” condição de vida daqueles que lutam para sobreviver em meio à política neoliberal e negacionista de Bolsonaro e, se agrava as condições no cumprimento de medidas preventivas e de combate ao novo coronavírus nos territórios mais vulnerabilizados. (SOARES, 2020, p.19 e 20)

Em relação ao registro e divulgação de dados e mapas oficiais por parte dos órgãos públicos, não há especificação das áreas onde o vírus se propaga. Os mapas são elaborados a partir de boletins epidemiológicos e mostram a relação da infecção da doença por distrito de moradia. Todavia, distritos são áreas grandes com realidades e características internas muito diferentes, de modo que seria necessário espacializar estas informações. (MARINO, et al., 2020).

Especificamente em relação ao território de estudo, como identificado anteriormente, a maior parte dos dados oficiais da doença dizem respeito ao distrito de São Miguel Paulista. Assim, adiciona-se aos dados oficiais, aproximações e percepções realizadas por intermédio do grupo de pesquisa “Projeto Piloto de adaptação do distanciamento físico em territórios vulneráveis em função da pandemia de COVID-19”, coordenado pelos professores Fernando de Melo Franco e Antonio Fabiano Junior que configurou uma parceria entre Mackenzie e Fundação Tide Setubal. Devido aos protocolos de segurança impostos pela pandemia, foram realizadas reuniões e aproximações virtuais com alguns agentes do bairro. Houve duas reuniões para discussão do território, na presença de agentes atuantes no Jardim Lapenna e representantes do grupo de pesquisa que se passaram nos dias 30.09.2020 e 29.10.2020.

II. Ações que vem sendo empreendidas no território

Diante da conjuntura de exceção causada pela pandemia e pelo agravamento da situação de vulnerabilidade multidimensional no bairro, questiona-se: quais são os agentes que contribuem no combate e na mitigação do efeito do vírus no território. Nesse sentido, para melhor compreensão do tema e dos impactos dos agentes no bairro, busca-se estudar essas ações mitigadoras a partir de cinco instâncias, conforme foi realizado por Loeb (2019): Sociedade civil; Comunidade; Iniciativa privada; Universidade; Poder público.

No Jardim Lapenna, a ação da sociedade civil e dos agentes comunitários é muito presente e relevante. Primeiramente, cita-se a Fundação Tide Setubal, uma organização não governamental criada em 2006 para apoiar a comunidade local. Durante o período de pandemia, tem realizado trabalho voltado ao combate da desigualdade socioeconômica, considerando o cenário atual e pós pandemia. Dessa forma, a Fundação atua de diferentes formas, comunicando-se com a população local e entendendo suas necessidades. Um

importante ponto de referência deste trabalho é o *Galpão ZL*, o qual precisou ser fechado no momento de distanciamento físico, mas foi usado como ponto de doação de insumos de higiene e itens de cesta básica.

Outra iniciativa essencial no bairro é o grupo *Guardiãs do Jardim Lapenna*. Trata-se de um grupo de mais de 100 mulheres que presta suporte à comunidade. O trabalho é dividido de modo que cada uma das *guardiãs* fica responsável por cuidar de uma rua da área. Por se tratar de um território marcado por vulnerabilidade, e muitas vezes, irregularidade, há porções de difícil acesso que exigem conhecimento do local para serem acessados. Assim, elas distribuem insumos de higiene, orientações e mapeiam a quantidade de moradores na área, o número de doentes e acamados e percebem necessidades específicas de cada porção do território. (BETIM, 2021)

Segundo *live* realizada pela Fundação Tide Setubal em parceria com as *guardiãs*, o grupo demonstra um grande alcance de atuação no território, se relacionando também com a CEI Lapenna, levando merendas e materiais escolares para crianças do bairro. Além disso, seu conhecimento da área contribuiu para a formação do itinerário da ação pública “Cata Bagulho” no local.

No que diz respeito à iniciativa privada, a Empresa Florescer Brasil instalou lavatórios em territórios vulneráveis por meio do Programa Cidade Solidária, usando como critério de escolha de locais de implantação dos lavatórios, o IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social). Cita-se também a doação de máscaras e álcool em gel pela Companhia Nitro Química e pela Ambev. (EUGENIO JUNIOR, 2020)

A universidade tem um papel muito importante no território. Há produção de conhecimento e elaboração de projetos por parte de professores e alunos em grupos de pesquisa e em trabalhos acadêmicos.

Quanto ao poder público, pode-se citar a ampliação da seção do córrego de circunvalação e conexão com o sistema de drenagem do bairro com a finalidade de mitigar impactos das chuvas e consequentes enchentes. Vale a pena ressaltar ainda, a implantação de ecoponto e ação do programa *Cata Bagulho* como forma de criar novas maneiras de descarte do lixo na região.

2.3 REFLEXÃO DE POTENCIALIDADE DE AÇÕES

Na perspectiva de enfrentamento da pandemia em territórios precários, cita-se também o exemplo de combate adotado na Favela da Maré. De acordo com dados coletados por matéria realizada pela BBC News “As lições da favela que reduziu mortes em 90% enquanto Rio vivia tragédia.”, as ações integradas a partir do grupo *Conexão Saúde* foram capazes de diminuir os índices de contágio e mortalidade no local em 90%.

O projeto começou a atuar de forma coordenada a partir de julho de 2020, agindo em quatro frentes: testagem gratuita para COVID-19, comunicação, atendimento médico e psicológico por telefone e auxílio para garantir o isolamento de infectados, tendo apoio de seis instituições de pesquisa e ONGs: Fiocruz, Redes da Maré, Conselho Comunitário de Manguinhos, SAS Brasil, União Rio e Dados do Bem. Além disso, o apoio da população local se mostra essencial: há equipes de moradores que circulam pelas ruas, distribuindo informações sobre como procurar ajuda, além da entrega de panfletos, jornais e formação de grupos nas redes sociais. (PASSARINHO, 2021)

Por meio do estudo dos exemplos de combate à pandemia do Jardim Lapenna e da Favela da Maré, fica clara a importância das ações conjuntas que envolvem diferentes agentes dentro de um território. Ainda nesse sentido, para Loeb (2019) a complexidade do desafio de combater a desigualdade social exige visão inter, multi e transdisciplinar, associada ao apoio da experiência da comunidade local para uma leitura eficaz do território, que permita identificação de estratégias e caminhos de transformação em conjunto. Dessa maneira, a integração entre as diversas instâncias de ação e agentes do bairro formam cenários cada vez mais propícios à transformação e à luta pela melhoria do espaço.

Nesse cenário emerge a necessidade de estudo de estratégias multidisciplinares de intervenções em áreas de vulnerabilidade multidimensional, que considerem a ação de diversos agentes de configuração do território. Isto posto, as ferramentas de desenho urbano e de projeto se mostram muito eficientes na articulação dos diferentes grupos de transformação do espaço:

Não podemos subestimar a potencialidade da transformação do ambiente por intermédio do desenho, baseado no princípio de uma visão da resiliência na construção da sustentabilidade. As ferramentas do desenho urbano e do projeto podem contribuir, substancialmente, no entendimento da proporção, das condições mais adequadas de luminosidade, aeração e renovação de ar. Estas podem e devem apoiar a elaboração de soluções de: microdrenagem urbana sustentável; moradia adaptada para condições de habitabilidade; desenho de sistema ambiental da paisagem considerando descontaminação do solo e das águas; retirada de lixo e material plástico; infraestrutura mínima de saneamento; acesso universal a água potável; energia a preços acessíveis; iluminação e rotas seguras; espaços de plantio e paisagem comestível; horta comunitária; e, desenho de pavimento com hierarquia preferencial para mobilidade ativa. (LOEB, 2019, p. 86)

Dessa forma, cita-se a potência de pequenas ações que possam se articular com as necessidades identificadas pela população ao local e com as ações comunitárias já presentes no território. Assim, o trabalho realizado por Mendonça (2014) na Ocupação Dandara em Belo horizonte, demonstra um exemplo de atuação no campo da arquitetura e do urbanismo em territórios vulneráveis. A pesquisa explora assessoria técnica como forma de enfrentamento da inabitabilidade, auxiliando grupos de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade.

Nesse processo, o trabalho desconstrói a ideia do projeto arquitetônico como uma solução fechada e definitiva e envolve as próprias moradoras na concepção, no desenho de plantas e na obra de modo que passam a ter um papel ativo no projeto de suas casas.

Além disso, ações do urbanismo tático podem ser muito construtivas para o território, se realizadas em consonância aos interesses da população. Nesse sentido, o Manual “Ruas para resposta e recuperação da pandemia” elaborado pela NACTO, propõe diversas ações pensando no impacto da pandemia. Para fins de estudo, cita-se aqui uma dessas ações, a qual propõe disponibilizar espaços seguros para atividades físicas e brincadeiras com distanciamento, por meio de fechamento temporário de ruas.

Figura 08: Fechamento temporário de rua.



Fonte: NACTO, 2020. Ruas para resposta e recuperação da pandemia

Outra estratégia muito potente é a implantação de hortas urbanas no território. No contexto de crescente miséria e aumento da fome, esse dispositivo poderia contribuir no combate à insegurança alimentar no bairro, principalmente em relação a população mais carente da área; além de contribuir para geração de empregos e renda. (ALVES, 2020; SCHMITT, 2021)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário atual marcado pela pandemia do COVID-19 e pelo crescente aumento da desigualdade social e da vulnerabilidade multidimensional no Brasil, constata-se que grande parte da população não tem acesso a direitos básicos previstos pela Constituição Federal de 1988, como habitação digna, saúde e educação. Reflete-se também sobre a crise ambiental, marcada pela exploração cada vez maior dos recursos naturais por parte de grupos dominantes, que apesar de assumirem grande poder econômico e político, na maioria das vezes, não assumem responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade. (TALEB 2012 apud LIMA; LOEB, 2021)

A pandemia do coronavírus marcou um momento em que as desigualdades sociais se tornaram mais graves. Em territórios que já eram afetados pela vulnerabilidade multidimensional, sem acesso a equipamentos públicos de qualidade e infraestrutura urbana, observou-se agravamento das situações de precariedade. Vale ressaltar ainda: O Observatório das Remoções do LabCidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) divulgou que mais de 350 famílias foram removidas de suas residências em São Paulo no primeiro trimestre de 2021; política que contraria as recomendações de isolamento social e “fique em casa” adotadas pelo poder público.

Assim, neste trabalho procurou-se entender quais as dinâmicas presentes no Jardim Lapenna que estão associadas ao surgimento dos diversos modos de habitar presentes no bairro, caracterizando a vulnerabilidade multidimensional como composição de esferas sociais, geográficas e políticas. Nesse estudo foi possível entender o longo histórico de lutas e reivindicações que se formaram no local e como contribuíram para a conquista de equipamentos, e posteriormente, para a elaboração do Plano de Bairro do Jardim Lapenna.

Buscou-se também entender o impacto da pandemia do coronavírus nas diversas tipologias habitacionais existentes no bairro, de modo que se constatou que a vulnerabilidade multidimensional se tornou mais acentuada. No entanto, o momento de pandemia mobilizou diversos agentes, organizações e cidadãos do bairro.

Indagou-se sobre quais seriam algumas das ferramentas do campo da arquitetura e do urbanismo que pudessem contribuir para a mitigação da vulnerabilidade multidimensional. Todavia, não se pretende aqui afirmar que o campo da arquitetura e do urbanismo sozinho seja capaz de resolver todos os problemas da cidade.

A cidade é uma associação constante de diferentes grupos e agentes, que por vezes, são conflitantes. Nesse sentido, Loeb (2019) defende a potência de transformação da cidade por meio da articulação de cinco instâncias: sociedade civil; comunidade; iniciativa privada; universidade; poder público. Assim, é de suma importância que haja união e envolvimento de diversas áreas do conhecimento e diferentes pontos de vistas no processo de construção das cidades.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna Donegá. **Ao nosso ancance**: espaços da cidadania. 2021. 97 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

AMIRATI, Luzia Breckenfeld. **Direito Humano à Moradia Digna e Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social**: uma relação possível por meio da atuação do conselho de arquitetura e urbanismo. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019

BATISTA, Antônio; CARVALHO-SILVA, Hamilton. **Família, escola, território vulnerável**. São Paulo: Cenpec, 2013.

BETIM, Felipe. As guardiãs que protegem o Jardim Lapena, na periferia de São Paulo, contra a covid 19. **El país**, São Paulo, 22 fev 2021. [Seção] Pandemia do coronavírus. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-22/as-guardias-que-protegem-o-jardim-lapena-na-periferia-de-sao-paulo-contr-a-covid-19.html>>. Acesso em 20 ago 2021.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 344 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional: *Dados revisados do déficit habitacional e inadequação de moradias nortearão políticas públicas*. Brasília, DF, 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO SÃO MIGUEL PAULISTA; FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. (2006). Um olhar sobre São Miguel Paulista e Brasileiro 2006. **Caderno de São Miguel Paulista** (1622 – 2006). São Paulo: IBEP

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO SÃO MIGUEL PAULISTA; FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. (2008). Um olhar sobre São Miguel Paulista e Brasileiro: manifestações culturais ontem e hoje. **Caderno de São Miguel Paulista**. São Paulo: IBEP

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 93, p. 59-69, 1 jun. 2011. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.165>.

EUGÊNIO JUNIOR, Amauri. Ação da sociedade civil e união dos moradores beneficiam comunidade do Jardim Lapena. **FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL**, São Paulo, 24 jun 2020. Disponível em <<https://fundacaotidesetubal.org.br/acoes-da-sociedade-civil-e-uniao-de-moradores-beneficiam-comunidade-do-jardim-lapena/>>. Acesso em 20 jul 2021

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. FOME E PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, Rs, v. 8, n. 1, p. 35-40, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18903/11448>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FREITAS, Ruskin Fernandes Marinho de. O PAPEL DA LEGISLAÇÃO NA PROMOÇÃO DO CONFORTO AMBIENTAL E NO CONTROLE DA PROPAGAÇÃO DO CORONAVÍRUS NAS CIDADES. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 21, p. 85-129, jan. 2021.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. Território de Direitos: Um guia para construir um Plano de Bairro com base na experiência do Jardim Lapenna. São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2019.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Cap. 1. p. 27-66. Tradução de: Jeferson Camargo.

HASSWANI, Miriã Dias Carvalho. **Leitura do espaço pré-escolar em territórios vulneráveis**: o caso jardim lapenna. 2018. 320 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018

LIMA, Ana Gabriela Godinho; LOEB, Rodrigo Mindlin. City, Gender and Climate Changes: parceiros as a case study in the capital of são paulo. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 1-21, 12 abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190189r2vu2021l1ao>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/mjkD3Xn83XZRq4wHn4WjFDK/?lang=en>. Acesso em: 01 set. 2021.

LOEB, Rodrigo Mindlin. **Territórios vulneráveis, arquitetura e urbanismo: estratégias contemporâneas de ação**. 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, 2005

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 48, n. 17, p. 151-166, ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MARINO, Aluizio et al. Mapas do coronavírus escondem informações. In: **Instituto Pólis**. Notícias. São Paulo, 06 jun. 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/noticias/mapas-docoronavirus-escondem-informacoes/>>. Acesso em: 20. nov 2020.

MARINO, Aluizio et al. No pior momento da pandemia, mais de 350 famílias são removidas em São Paulo. **LabCidade**. [Seção] Territorialização da pandemia. São Paulo, 24 maio 2021. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/no-pior-momento-da-pandemia-mais-de-400-familias-sao-removidas-em-sp/>>. Acesso em 01 set 2021

MENDONÇA, Carina Guedes de. **ARQUITETURA NA PERIFERIA**: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MOREIRA, Millyane Magna Moura. **Os nomes do "lado de baixo da linha do trem": uma análise toponímica do Jardim Lapena, Vila Nair e Vila União, em São Miguel Paulista, São Paulo/SP**. 2015. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NACTO (Nova York). **Ruas para resposta e recuperação da pandemia**. [S.l.]: Global Designing Cities Initiative, 2020. 49 p.

PASSARINHO, Nathalia. Covid: As lições da favela que reduziu mortes em 90% enquanto Rio vivia tragédia. **BBC News**, Londres, 01 maio 2021. [Seção] Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56919419>>. Acesso em: 01 maio 2021

PEREIRA NETO, Francisco; ALMEIDA, Marilis Lemos de; MESQUITA, Sandro. Um olhar para as periferias: desafios diante do COVID-19. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 87-96, jan./jun. 2020.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 31-50, 30 nov. 2009. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n2p31>.

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a zona leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 0, n. 6, p. 43-66, 2 sem. 2001

RUIZ, A. T.; ALMEIDA, M. V. . Políticas Públicas e Participação Social: o Caso do Plano de Bairro do Jardim Lapenna como um caminho da democracia para um território de direitos. In:

Diamantino Alves Correia Pereira. (Org.). Mudança Social e Participação Política (4): Estudos e Ações Transdisciplinares em três dimensões – Educação, Gênero e Saúde; Dimensão Socioambiental, Patrimônio e Políticas Territoriais; Políticas Públicas e Gestão Participativa. 1ed. São Paulo: Annablume, 2018, v. 4, p. 225-241.

SCHMITT, Lilian Alves. **APRENDER (N)A HORTA URBANA**: práticas e experiências em comunidade. 2021. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SOARES, Victória da Silva. **A periferia brasileira no cenário da Covid-19**: aproximações à realidade da favela Paraisópolis - São Paulo (SP). 2020. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/220309>. Acesso em 07 ago. 2021

TAMBURUS, Amanda da Costa. **Repensando a infância em áreas de vulnerabilidade social: o centro comunitário do Jardim Lapenna**. 2019. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. **Periferia: conceito, práticas e discursos**: práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-26052010-133856/pt-br.php>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TONAKI, Luciana Lepe. **A Cia Nitro Química: indústria e vila operária em São Miguel Paulista**. 2013. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cidade, vulnerabilidade e território. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 7, p. 32-48, jan. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13959>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Contatos: vanistrach@hotmail.com e rodrigo.loeb@mackenzie.br